

Consórcio Nacional Chevrolet

by **GMAC**

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E EM 31 DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	208.688	39.486	CIRCULANTE	7.397	12.322
Disponibilidades	1.784	216	Outras obrigações	7.397	12.322
Títulos e valores mobiliários	203.894	30.567	Fiscais e previdenciárias	2.367	8.392
Carteira própria	203.894	30.567	Diversas	5.030	3.930
Outros créditos	3.010	8.703	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	107.742	103.575
Diversos	3.450	9.153	Outras obrigações	107.742	103.575
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(440)	(450)	Fiscais e previdenciárias	30.218	29.475
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	84.171	251.065	Diversas	77.524	74.100
Títulos e valores mobiliários	41.283	209.825	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	177.720	174.654
Carteira própria	41.283	209.825	Capital	174.654	160.146
Outros créditos	42.888	41.240	De domiciliados no país	174.654	160.146
Diversos	42.888	41.240	Reserva de Lucros	3.066	14.508
PERMANENTE	-	-			
Intangível	-	-			
Ativos intangíveis	336	336			
Amortizações acumuladas	(336)	(336)			
TOTAL DO ATIVO	292.859	290.551	TOTAL DO PASSIVO	292.859	290.551

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Fianceiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por lote de mil cotas)

	2011	2010
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.368	13.379
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	13.368	13.379
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	10	32
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	10	32
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	13.378	13.411
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(8.745)	(2.205)
Receitas de prestação de serviços	15.478	15.111
Outras despesas administrativas	(19.633)	(13.111)
Despesas tributárias	(2.190)	(2.185)
Outras receitas operacionais	1.363	1.376
Outras despesas operacionais	(3.763)	(3.396)
RESULTADO OPERACIONAL	4.633	11.206
RESULTADO ANTES DATRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO	4.633	11.206
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(1.567)	(3.670)
Provisão para Imposto de Renda	(1.354)	(2.915)
Provisão para Contribuição Social	(492)	(1.125)
Ativo fiscal diferido	279	370
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	3.066	7.536
LUCRO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL COTAS - R\$	17,56	47,06

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Fianceiras.

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$)

	2011	2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido Ajustado	2.891	5.855
Lucro Líquido	3.066	7.536
Ajustes ao lucro líquido:	(176)	(1.681)
Provisão para passivos contingentes	220	1.729
Obrigações legais - fiscais e previdenciárias	606	212
Atualizações para depósito em garantia e impostos a compensar	576	80
Impostos correntes, diferidos e créditos tributários	(1.567)	(3.670)
Reversão de provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(10)	(32)
Variações das contas de ativo e passivo operacional	5.266	10.089
Aumento (Redução) de outros créditos e outros valores e bens	5.283	(2.309)
(Aumento) Redução em outras obrigações	(17)	12.397
Caixa proveniente das operações	8.158	15.943
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.805)	(3.139)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	6.353	12.804
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(4.785)	(12.916)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(4.785)	(12.916)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	1.568	(112)
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre	216	328
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre	1.784	216

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Fianceiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital	Aumento de Capital	Incentivos fiscais	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	160.146	-	-	6.972	-	167.118
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	7.536	7.536
Destinação do lucro	-	-	-	7.536	(7.536)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	160.146	-	-	14.508	-	174.654
Homologação do aumento de capital	14.508	-	-	(14.508)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	3.066	3.066
Destinação do lucro	-	-	-	3.066	(3.066)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	174.654	-	-	3.066	-	177.720

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Fianceiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO LEVANTADAS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO 2010 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2011	2010	PASSIVO	2011	2010
CIRCULANTE	185.516	180.808	CIRCULANTE	185.516	180.808
Disponibilidades	721	409	Obrigações diversas	185.516	180.808
Depósitos bancários	721	409	Obrigações com consorciados	83.976	83.934
Aplicações financeiras	76.305	74.188	Valores a repassar	1.103	745
Outros créditos	108.491	106.211	Obrigações por contemplações a entregar	53.402	52.166
Cheques e outros valores a receber	316	417	Recursos a devolver a consorciados	31.909	31.339
Direitos dos consorciados contemplados	108.175	105.794	Recursos dos grupos	15.127	12.624
Normais	107.080	104.470			
Em atraso	1.095	1.324	COMPENSAÇÃO	871.606	702.629
COMPENSAÇÃO	871.606	702.629	Recursos mensais a receber de consorciados	11.776	10.673
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	11.776	10.673	Obrigações do grupo por contribuição	447.375	360.935
Contribuições devidas ao grupo	447.375	360.935	Bens a contemplar - valor	412.455	331.021
Valor dos bens a contemplar	412.455	331.021			
TOTAL DO ATIVO	1.057.122	883.437	TOTAL DO PASSIVO	1.057.122	883.437

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Fianceiras.

Consórcio Nacional Chevrolet

by **GMAC**

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora") tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos. Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição dos bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações combinadas (denominadas consolidadas) dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcio consolidados e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e das normas substanciadas no plano contábil das instituições do sistema financeiro nacional - COSIF e de laí das sociedades por ações, incluindo as alterações normatizadas pelo Banco Central do Brasil, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis de apresentação dos elementos patrimoniais são as seguintes:

3.1. Administradora

a) Resultado das operações

A taxa de administração devida pelos participantes dos consórcios é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio. As receitas de comissões de venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado por ocasião da comercialização. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução nº 3.604/08, do Conselho Monetário Nacional, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações financeiras com prazo inicial de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor de mercado. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

c) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro rata temporis", auferidos e ajustados ao valor de mercado ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos foi constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

d) Ativo imobilizado

O imobilizado é demonstrado ao valor de custo e a depreciação é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais: benfeitorias em propriedades de terceiros, de acordo com os prazos dos contratos de locação e demais contas - 10%.

e) Ativos intangíveis

São representados por gastos de aquisição e desenvolvimento de sistema de processamento de dados e tecnologia demonstrados ao valor de custo e amortizados à taxa de 20% ao ano.

f) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por "impairment" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da administração não houve indícios de perda por impairment em 30 de junho de 2011.

g) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "pro rata temporis".

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados, para o semestre findo em 30 de junho de 2011, de acordo com os critérios definidos na carta circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução BACEN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.
- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.
- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.
- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

i) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$ 120 ao semestre, a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias.

j) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas são efetuadas em consonância à Resolução nº 3.750 do Conselho Monetário Nacional, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico - CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente a divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

3.2. Grupos de consórcio

Ativos e passivos circulantes estão representados principalmente pelas seguintes contas, as quais incluem valores a vencer há mais de 360 dias, decorrentes de direitos a receber de consorciados contemplados.

a) Aplicações financeiras

Representam aplicações financeiras efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO 2010

(Em milhares de reais - R\$)

	1º SEMESTRE 2011	2º SEMESTRE 2010
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE / ACUMULADO	75.014	76.000
Depósitos bancários	409	198
Cheques e outros valores a receber	417	431
Aplicações financeiras	74.188	75.371
(+) RECURSOS COLETADOS	108.836	106.388
Contribuições para aquisição de bens	85.917	85.202
Taxa de administração	13.020	12.765
Contribuições ao fundo de reserva	2.579	2.550
Rendimento de aplicações financeiras	3.355	3.018
Multas e juros moratórios	418	403
Prêmio de seguro	1.153	1.086
Outros	2.394	1.364
(-) RECURSOS UTILIZADOS	106.508	107.373
Aquisição de bens	83.073	83.713
Taxa de administração	13.308	12.945
Multas e juros moratórios	208	202
Prêmio de seguro	2.628	2.627
Custas judiciais	14	12
Devolução a consorciados desligados	4.757	5.328
Despesas de registro de contratos	208	199
Outros	2.312	2.347
DISPONIBILIDADES NO FIM DO SEMESTRE / ACUMULADO	77.342	75.014
Depósitos bancários	721	409
Cheques e outros valores a receber	316	417
Aplicações financeiras	76.305	74.188

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

a título de fundos comum e de reserva.

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuições ao fundo comum efetuadas por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes a pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, multa e juros de mora recebidos por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições aos fundos comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	2011	2010
Quantidade de grupos administrados	130	119
Quantidade de consorciados ativos	29.236	25.288
Quantidade de consorciados desistentes e excluídos	17.015	15.714
Quantidade de bens entregues no semestre	2.481	2.513
Quantidade de bens pendentes de entrega acima de 30 dias	1.263	1.197
Taxa de inadimplência	2,31%	2,76%

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluídos na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Administradora	
	2011	2010
Disponibilidades	1.784	216

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	2011	2010	2011	2010
Certificados de Depósito Bancário - CDBs- Banco GMAC S.A. - CDB Pré Fixado (a)	245.177	240.392	-	-
Quotas de fundos de investimento:				
Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado	-	-	76.305	74.188
DI Federal II (b)	-	-	-	-
Total	245.177	240.392	76.305	74.188

(a) São representados por Certificados de Depósitos Bancários a prazo, classificados como mantidos até o vencimento, com vencimentos até junho de 2013, sujeitos a encargos financeiros pré-fixados, variáveis entre 10,70% e 12,90%.

Consórcio Nacional Chevrolet

by **GMAC**

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

(b) São representados por aplicações de Fundo de Investimentos, classificados como disponíveis para venda, sendo os mesmos valores de mercado e curva.

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	2011			2010		
	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total	Até 12 meses	De 1 a 2 anos	Total
Administradora:						
Certificados de Depósitos Bancários	203.894	41.283	245.177	30.567	209.825	240.392
Sem vencimento						
Grupos:						
Fundo BRAM Fundo de Investimento Referenciado DI Federal II		76.305	76.305		74.188	74.188

6. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

A conta "Outros créditos - diversos" possui a seguinte composição:

	2011	2010
Títulos e créditos a receber de consorciados (a)	440	450
Imposto de renda e contribuição social a compensar (b)	2.922	8.654
Crédito tributário - imposto de renda e contribuição social (ver nota nº 7)	14.762	14.287
Devedores por depósitos em garantia (c)	26.225	25.002
Outros	1.989	2.000
Total	46.338	50.393
Ativo circulante	3.450	9.153
Realizável a longo prazo	42.888	41.240

(a) Referem-se a cotas de grupos de consórcio encerrados, cujas ações de cobrança e execução estão em andamento, havendo provisão para perdas integral sobre esse valor.

(b) Referem-se a IRRF sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Pré Fixado no montante de R\$ 168 (R\$ 1.220 em 2010), e antecipações de Imposto de Renda e Contribuição Social do semestre no montante de R\$ 1.805 (R\$ 7.434 em 2010).

(c) Os depósitos judiciais e as respectivas provisões para contingências e obrigações legais são corrigidos pelos índices e taxas a que estão sujeitos afetando os respectivos grupos de outras receitas e despesas operacionais (notas explicativas nºs 13 e 14, respectivamente).

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Adições temporárias:				
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	110	40	112	40
Provisão para contingências fiscais	6.066	2.195	5.872	2.125
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	750	270	698	251
Provisão de valores a devolver para consorciados (ver nota explicativa nº 8)	2.934	1.057	2.915	1.049
Outros	976	364	891	334
Total do crédito tributário	10.836	3.926	10.488	3.799
	14.762		14.287	

b) Realização/valor presente dos créditos tributários ativados de imposto de renda e contribuição social:

	2011					Valor Presente (*)
	2011	2012	2013	2014	2015	
Imposto de renda:						
Adições temporárias	-	4.858	3.169	1.962	847	10.836
Contribuição social:						
Adições temporárias	-	1.735	1.231	915	150	4.031
Total dos créditos tributários	-	6.593	4.400	2.877	997	10.890
2010						
		Valor contábil		CSLL		Total
		Adições temporárias	Adições temporárias			
		10.488	3.799		14.287	
Total de créditos tributários		7.748		2.805		10.553

(*) Calculado com base na taxa SELIC.

Os créditos tributários são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros, a valores presentes com base na taxa SELIC projetadas pelo BACEN.

c) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações do semestre:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes da tributação	4.633	4.633	11.206	11.206
Alíquotas utilizadas para o cálculo	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(1.146)	(417)	(2.790)	(1.009)
Efeito de IRPJ e CSLL sobre adições permanentes				
Outras exclusões permanentes	(3)	(1)	(51)	(18)
Dedução para incentivo à cultura	-	-	198	-
Imposto de renda e contribuição social devidos no semestre	(1.149)	(418)	(2.643)	(1.027)
Total	(1.567)		(3.670)	

d) Composição das despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Provisão para imposto de renda corrente	(1.354)	-	(2.915)	-
Provisão para contribuição social corrente	-	(492)	-	(1.125)
Constituição de crédito tributário	526	190	473	170
Realização de crédito tributário	(321)	(116)	(201)	(72)
	(1.149)	(418)	(2.643)	(1.027)
Total	(1.567)		(3.670)	

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2011	2010
Valores a pagar a sociedades ligadas	514	524
Obrigações com grupos de consórcio/consorciados (a)	59.480	56.279
Provisões para contingências (ver nota explicativa nº 10.a)		
Provisão para contingências cíveis	2.975	2.766
Provisão para pagamento de honorários advocatícios (c)	1.434	1.366
Provisão para contingências trabalhistas	25	24
Provisões para comissões (b)	2.946	2.271
Provisão de valores a devolver a consorciados (d)	11.739	11.739
Outros	3.441	3.061
Total	82.554	78.030
Passivo circulante	5.030	3.930
Exigível a longo prazo	77.524	74.100

(a) Referem-se a saldo de recursos a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pelo respectivo rendimento gerado pelas cotas de fundos de investimento dos grupos de consórcio ativos.

(b) Referem-se a provisão para pagamento de comissões sobre vendas de cotas de consórcios.

(c) Referem-se a provisão de custas sucumbenciais do processo judicial de PIS, COFINS e CSL do período de 1992 a 1996.

(d) Refere-se a obrigação com consorciados relativos aos grupos encerrados entre maio de 2003 a junho de 2005, antes da edição da circular 2.766/99, que por solicitação do BACEN foram provisionados e aguardam as informações dos dados bancários dos consorciados para restituição dos recursos não procurados.

9. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2011	2010
Provisão para contingências fiscais (veja nota explicativa nº 10.a)	25.156	24.608
Provisões para impostos e contribuições sobre os lucros	1.846	7.917
Provisão para imposto de renda diferido sobre atualizações de depósitos judiciais (*)	5.062	4.866
Impostos e contribuições a recolher	521	476
Total	32.585	37.867
Passivo circulante	2.367	8.392
Exigível a longo prazo	30.218	29.475

(*) Refere-se a constituição do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a receita de correção dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

10. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição dos passivos contingentes e obrigações legais:

	2011	2010
Obrigações legais tributárias:		
CSLL	9.984	9.772
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	10.844	10.613
Programa de Integração Social - PIS	2.050	1.995
Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF	1.693	1.653
Subtotal das obrigações legais	24.571	24.033
Provisão para contingências tributárias:		
Imposto Sobre Serviços - ISS	585	575
Total da provisão para contingências fiscais e obrigações legais	25.156	24.608
Provisão para contingências cíveis	2.975	2.766
Provisão para contingências - outros passivos (veja nota explicativa nº 8.c)	1.434	1.366
Provisão para contingências trabalhistas	25	24
Total da provisão para contingências	29.590	28.764

b) Movimentação das contingências e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo no final do primeiro semestre de 2010	25.409	24	2.525	27.958
Constituição (Reversões) líquidas do período	565	-	241	806
Saldo no final do segundo semestre de 2010	25.974	24	2.766	28.764
Constituição (Reversões) líquidas do período	616	1	209	826
Saldo no final do primeiro semestre de 2011	26.590	25	2.975	29.590
Depósitos em garantia - "Outros créditos"	24.568	-	1.657	26.225

c) Detalhamento das contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda em 30 de junho de 2011:

	Contingências					
	Fiscais		Trabalhistas		Cíveis	
	Valor Reclamado	Valor (*) Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado	Valor Reclamado	Valor Provisionado
Perdas prováveis	3.130	3.130	25	25	2.975	2.975
Perdas possíveis	24.825	23.460	-	-	629	-
Total de provisões	27.955	26.590	25	25	3.604	2.975

(*) O montante provisionado abrange também questionamentos judiciais e/ou administrativos classificados como obrigações legais.

Obrigações legais

Referem-se basicamente a obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

Consórcio Nacional Chevrolet

by GMAC

GMAC ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

CNPJ 49.937.055/0001-11

Avenida Indianópolis, 3.096 - São Paulo - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- PIS/COFINS - as principais teses em discussão são: (a) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência de PIS e COFINS por ser empresa não empregadora a partir de dezembro de 1996; (b) mandado de segurança impetrado para garantir à impetrante o direito de recolher o PIS e a COFINS sobre a receita de serviços, afastando com isso a base de cálculo imposta pela Lei nº 9.718/98, que equiparou o faturamento à totalidade das receitas auferidas.
- CSLL - as principais teses em discussão são: (a) ação quanto aos valores pagos a título de CSLL nos anos-base 1992 a 1996 (novembro de 1996) por ser empresa não empregadora; (b) mandado de segurança impetrado para afastar a exigência da CSLL a partir de dezembro de 1996, por ser empresa não empregadora.
- CPMF – a principal tese em discussão é: mandado de segurança visando afastar a incidência da Taxa Selic sobre o valor da CPMF durante o período em que a contribuição estava com exigibilidade suspensa em razão de provimento judicial. Defende-se que a Selic consiste em espécie de juros moratórios não aplicável a tributos cuja exigibilidade estava suspensa, pois nesses casos não há mora. Os valores estão depositados judicialmente.

Provisão para contingências fiscais

Referem-se basicamente a contingências fiscais relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial de autos de infração, provisionados com base na avaliação dos assessores jurídicos, como segue:

ISS - refere-se a discussões de processos administrativos e judiciais perante vários municípios, que exigem o pagamento do ISS sobre diversas receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços. As provisões relativas ao ISS foram constituídas em 30% do valor em risco e considerando o histórico de êxito na solução de tais atuações na esfera administrativa judicial.

Contingências trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Contingências cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão. A administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 174.654.195 quotas sem valor nominal (160.146.340 quotas em 31 de dezembro de 2010).

Em 29 de janeiro de 2011, foi deliberado, através da 44ª alteração do contrato social, o aumento do capital social da Administradora no montante de R\$ 14.508 através da utilização das Reservas de Lucros e com a emissão de 14.507.855 quotas idênticas no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma, passando o capital social integralizado para R\$174.654.195, representado por 174.654.195 quotas. O referido aumento de capital foi homologado pelo Banco Central do Brasil em abril de 2011.

Destinação do lucro líquido do semestre e lucros acumulados de exercícios anteriores:

De acordo com o estatuto social da Administradora, o lucro líquido do semestre findo em 30 de junho de 2011, foi destinado para reserva de lucros no valor de R\$ 3.066.

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2011	2010
Prestação de serviços administrativos (a)	4.352	3.887
Comissões pagas às concessionárias por venda de cotas de consórcio (b)	12.368	6.074
Sistema de comunicação	524	432
Sistema de processamento de dados	1.177	1.258
Prejuízos com consorciados	4	27
Outras	1.208	1.433
Total	19.633	13.111

(a) Serviços administrativos realizados pela GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.

(b) Foram vendidas no 1º semestre de 2011 - 9.030 cotas e no 2º semestre de 2010 - 4.956 cotas.

13. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2011	2010
Reversão de provisão	707	259
Recuperação de despesas	21	6
Atualização Monetária - Depósitos Judiciais	580	521
Outras	55	590
Total	1.363	1.376

14. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2011	2010
Variação monetária e juros passivos (a)	2.491	2.263
Atualização da provisão para riscos fiscais (b)	548	501
Outras	724	632
Total	3.763	3.396

(a) Refere-se à variação monetária de obrigações com grupos de consórcio.

(b) Refere-se à variação monetária de obrigações com passivos contingentes (vide nota explicativa nº 10.b).

15. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Na assembléa geral de acionistas, realizada anualmente no mês de abril, é estabelecida a remuneração máxima agregada para a Diretoria.

b) Benefícios de Curto Prazo

	2011	2010
Salários e Honorários da Diretoria Executiva		
Remuneração fixa	276	387
Remuneração variável	-	123
Outras	148	19
Total	424	529

a) Rescisão do Contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

b) Outras Informações – Operações de Crédito

Conforme normas vigentes, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, diretores ou seus familiares diretos.

c) Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições normais de mercado, no que se refere a prazos de vencimento e às taxas de remuneração pactuadas. Os saldos, nos semestres findos em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010, podem ser resumidos como segue:

	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2011	2010	2011	2010
CONTROLADORA:				
Banco GMAC S.A.:				
Aplicações em CDBs	245.177	240.392	-	-
Outras obrigações – diversas	(189)	(163)	-	-
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	-	-	13.368	13.379
PARTES RELACIONADAS:				
GMAC Prestadora de Serviços de Mão-de-Obra Ltda.:				
Outras obrigações – diversas	(325)	(361)	-	-
Outras despesas administrativas	-	-	(4.352)	(3.887)
GMAI Corretora de Seguros S.A. -				
Outros créditos	1	1	-	-

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, a Administradora não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

17. LIMITE OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em conjunto com sua controladora adotam o critério de patrimônio líquido consolidado, para atendimento aos limites operacionais e requerimentos de capital.

18. OUTRAS INFORMAÇÕES - ADESAO AOS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO E QUITAÇÃO DE DÉBITOS FISCAIS (REFIS / ANISTIA LEI N° 11.941/2009)

Em 30 de novembro de 2009, a Administradora aderiu ao programa para quitação de débitos fiscais estabelecido na Lei nº 11.941/09.

A Administradora inclui CSLL, COFINS e CPMF no montante total de R\$ 20.966, sendo R\$ 5.635 de principal, R\$ 979 de multas e R\$ 14.352 de juros, sem considerar os descontos do programa. Até o momento, a Administradora não realizou ajustes no seu balanço e resultado devido a incertezas geradas no entendimento da nova regulamentação.

Dessa forma, a Administradora assume débitos fiscais como suas obrigações tributárias e a consequente obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos, contribuições e demais obrigações como condição essencial para a manutenção das condições de pagamento previstas no parcelamento.

Em 30 de junho de 2011 o processo de adesão ao REFIS continua sob análise da Receita Federal do Brasil para consolidação das dívidas e a efetivação das quitações dos respectivos débitos fiscais.

A DIRETORIA

CONTADOR:
Maximiliano da Silva de Jesus

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. ("Administradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio levantada em 30 de junho de 2011 e a demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, e o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Administradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de

distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras da Administradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como a posição consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2011 e as variações consolidadas nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5